



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS  
REPRESENTAÇÃO N° 1932-72.2014.6.02.0000

PUBLICADO (A) NA SESSÃO DE:  
30/9/14

ACÓRDÃO N.º 10.786  
(30.09.2014)

REPRESENTAÇÃO N.º 1932-72.2014.6.02.0000 - CLASSE 42

RECORRENTE: OMAR COELHO DE MELLO.

ADVOGADOS: DAVI ANTÔNIO LIMA ROCHA E OUTROS

RECORRIDOS: COLIGAÇÃO COM O POVO PRA ALAGOAS MUDAR,  
COLIGAÇÃO COM O POVO PRA ALAGOAS MUDAR I E FERNANDO  
AFFONSO COLLOR DE MELLO.

ADVOGADOS: LUCIANO GUIMARÃES MATA E OUTROS

RELATOR: Des. Eleitoral Auxiliar FREDERICO WILDSON DA SILVA DANTAS

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2014. PROPAGANDA  
ELEITORAL. INVASÃO. CANDIDATO MAJORITÁRIO.  
HORÁRIO RESERVADO À PROPAGANDA DOS CANDIDATOS  
PROPORCIONAIS. MERA MANIFESTAÇÃO DE APOIO.  
POSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE OFENSA AO ART. 53-A DA  
LEI N° 9.504/97. RECURSO DESPROVIDO.

1. A simples referência ou vinculação do nome do candidato majoritário no seio da propaganda reservada aos candidatos proporcionais não é conduta apta a caracterizar a invasão de horário eleitoral.
2. Ao mencionar apoio ao candidato majoritário, o candidato declarante objetiva demonstrar o alinhamento político-ideológico com aquele, e, como isso, angariar a simpatia de seu eleitorado. Estratégia não coibida pela legislação eleitoral.
3. Recurso desprovido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, **ACORDAM** os Desembargadores do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos do voto do eminente Relator.

Sala de Sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, em Maceió, aos 30 dias do mês de setembro do ano de 2014.

DES. ELISABETH CARVALHO NASCIMENTO – PRESIDENTE

DES. FREDERICO WILDSON DA SILVA DANTAS – RELATOR

RAQUEL TEIXEIRA MACIEL RODRIGUES – PROCURADORA REGIONAL  
ELEITORAL SUBSTITUTA



**Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas**

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO**

**Recurso na Representação Nº 1929-20.2014.6.02.0000**

**Prot. 20.449/2014**

**ORIGEM: MACEIÓ - AL**

**JULGADO EM: 30/09/2014 (SESSÃO Nº 93/2014)**

**RELATOR(A): DESEMBARGADOR ELEITORAL AUXILIAR FREDERICO WILDSON DA SILVA DANTAS**

**PRESIDENTE DA SESSÃO: DESEMBARGADOR ELEITORAL ELISABETH CARVALHO NASCIMENTO**

**PROCURADOR(A) REGIONAL ELEITORAL: Dr(a). Marcial Duarte Coelho**

**SECRETÁRIO: Lavínia Reis Teixeira**

**AUTUAÇÃO**

RECORRENTE(S) : OMAR COELHO DE MELLO  
ADVOGADOS : DAVI ANTÔNIO LIMA ROCHA E OUTROS  
RECORRIDO(S) : FERNANDO AFFONSO COLLOR DE MELLO  
ADVOGADOS : FABIANO DE AMORIM JATOBÁ E OUTROS  
RECORRIDO(S) : COLIGAÇÃO "COM O POVO PRA ALAGOAS MUDAR" (PV / PT  
DO B / PMDB / PROS / PC DO B / PSC / PHS / PTB / PSD / PDT / PT)  
ADVOGADOS : LUCIANO GUIMARÃES MATA E OUTROS  
RECORRIDO(S) : COLIGAÇÃO COM O POVO PRA ALAGOAS MUDAR I (PDT / PSC  
/ PMDB / PV / PTB / PSD / PT DO B / PROS / PC DO B / PT / PHS)  
ADVOGADOS : LUCIANO GUIMARÃES MATA E OUTROS

**DECISÃO**

Acordam os Desembargadores do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos do voto do Relator. (Acórdão nº 10.785, de 30/9/2014).

Participantes do Julgamento: Presidência do Senhor Desembargador Eleitoral SEBASTIÃO COSTA FILHO, Vice-Presidente, no exercício da Presidência. Presentes os Srs. Desembargadores Eleitorais: FREDERICO WILDSON DA SILVA DANTAS, ALBERTO JORGE CORREIA DE BARROS LIMA, ALEXANDRE LENINE DE JESUS PEREIRA, FERNANDO ANTÔNIO BARBOSA MACIEL e EVERALDO BEZERRA PATRIOTA, bem como a Procuradora Regional Eleitoral Substituta, Dra. RAQUEL TEIXEIRA MACIEL RODRIGUES. Ausência, momentânea, da Senhora Desembargadora Eleitoral ELISABETH CARVALHO NASCIMENTO.

Por ser verdade, firmo a presente.  
Maceió, 30 de setembro de 2014.

  
**CLICIANE DE HOLANDA FERREIRA CALHEIROS**  
Coordenadora de Acompanhamento e Registros Plenários



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS  
REPRESENTAÇÃO Nº 1932-72.2014.6.02.0000

VOTO

O apelo é tempestivo e as partes estão devidamente representadas em juízo pelos seus respectivos causídicos; e há nítido interesse processual, razões pelas quais conheço do recurso.

Dito isso, reproduzo a decisão por mim prolatada:

Examinando os autos, verifica-se que, no horário destinado à propaganda proporcional, houve menção de apoio a candidato ao cargo de Senador, em que se observa o uso das seguintes expressões: "Collor 144" e "Senador Fernando Collor".

Entendo, todavia, que a simples referência ou vinculação do nome do candidato majoritário no seio da propaganda reservada aos candidatos proporcionais não é conduta apta a caracterizar a invasão de horário eleitoral. Portanto, não houve violação ao que dispõe a redação primitiva do art. 53-A da Lei nº 9.504/97 (art. 43 da Res. TSE 23.404/2014), aplicável a estas eleições, visto que a nova redação dada pela Lei nº 12.891, segundo a Corte Superior Eleitoral, deve observar o disposto no art. 16 da Constituição Federal.

Acerca do tema em discussão, destaco precedentes do egrégio TSE, bem como do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais:

Representação. Invasão de propaganda. Horário eleitoral gratuito. Candidato a governador. Não-caracterização.

1. A simples referência de apoio a candidato a presidente e a uma suposta comunhão de pensamentos entre prefeito, governador e presidente da República não configura invasão de propaganda.

Representação julgada improcedente.

(TSE, RP nº 1261/PE, Acórdão de 17/10/2006, Rel. Min. Marcelo Ribeiro, PSESS)

Agravo regimental. Mandado de segurança. Decisão proferida em representação eleitoral. Indeferimento da liminar e da inicial. Eleições



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS  
REPRESENTAÇÃO Nº 1932-72.2014.6.02.0000

2012. Não caracterizada invasão de horário nas eleições proporcionais pela propaganda do candidato ao cargo de prefeito. Concisa e discreta manifestação de apoio ao candidato a prefeito da coligação, prática não vedada pela legislação. Interpretação teleológica do art. 43, da Resolução nº 23.370, de 2011. Manutenção da decisão por seus próprios fundamentos.

(TRE/MG, MS nº 665-30, Acórdão de 30/08/2012, Relª. Alice de Souza Birchall, DJe de 06/09/2012)  
(grifos nossos)

Inclusive esta Corte Regional, ao enfrentar a matéria, também alcançou idêntica conclusão. Destaco a seguir precedentes deste Tribunal:

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2014. REPRESENTAÇÃO. INVASÃO DE HORÁRIO DE CANDIDATO PROPORCIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. SIMPLES REFERÊNCIA AO NOME DO CANDIDATO MAJORITÁRIO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

(TRE/AL, RP nº 1110-83.2014.6.02.0000, Acórdão nº 10.539, de 11/09/2014, Relª. Desª: Eleitoral Sândra Janine Wanderley Cavalcante Maia, PSESS)

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2014. PROPAGANDA ELEITORAL. INVASÃO. CANDIDATO MAJORITÁRIO. HORÁRIO RESERVADO À PROPAGANDA DOS CANDIDATOS PROPORCIONAIS. MERA MANIFESTAÇÃO DE APOIO. POSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE OFENSA AO ART. 53-A DA LEI Nº 9.504/97. RECURSO DESPROVIDO.

1. A simples referência ou vinculação do nome do candidato majoritário no seio da propaganda reservada aos candidatos proporcionais não é conduta apta a caracterizar a invasão de horário eleitoral.

2. Ao mencionar apoio ao candidato majoritário, o candidato declarante objetiva demonstrar o alinhamento político-ideológico com aquele, e, como isso, angariar a simpatia de seu eleitorado. Estratégia não coibida pela legislação eleitoral

3. Recurso desprovido.

(TRE/AL, RP nº 1722-21.2014.6.02.0000, Acórdão nº 10.592, de 18/09/2014, Rel. Des. Eleitoral Frederico Wildson da Silva Dantas, PSESS)

No caso dos autos, a mera menção de apoio a Senador, não só, não se convola em invasão de horário eleitoral, como pode representar, na verdade, um



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS  
REPRESENTAÇÃO Nº 1932-72.2014.6.02.0000

intento de trazer votos do candidato majoritário para o candidato declarante, estratégia não coibida pela legislação eleitoral. Explica-se, ao declarar o apoio a um candidato a senador, por exemplo, chama-se a atenção dos eleitores daquele candidato, ao alinhamento político-ideológico existente entre o candidato-proporcional e o suposto apoiado, ferramenta válida para conquistar eleitores.

Em mesmo sentido, cito julgado do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, vejamos:

RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA ELEITORAL IRREGULAR. HORÁRIO GRATUITO. TELEVISÃO. SENTENÇA DE INÉPCIA DA INICIAL. NÃO OCORRÊNCIA. INVASÃO DE HORÁRIO PELA CHAPA MAJORITÁRIA. NÃO CONFIGURAÇÃO DO ILÍCITO. DÁ-SE PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.

(...)

3. Narra a inicial suposta "invasão de horário" pelo candidato majoritário no espaço destinado ao pleito proporcional.

4. É admissível que o candidato titular do espaço destinado à sua propaganda, após apresentar-se ou expor suas propostas, mencione nome e número de candidato ao cargo majoritário, bem como faça discreta e limitada manifestação de apoio. Verdadeiramente, tal vinculação reflete a demonstração de identidade de projetos políticos, culminando em fator de favorecimento legítimo à própria candidatura.

5. Não caracteriza usurpação do tempo de propaganda destinado à eleição proporcional a chamada "vinheta de passagem", desde que essa troca de horários não seja mais do que uma simples e rápida ligação entre a propaganda de um e outro candidato.

6. A Douta Procuradoria Regional Eleitoral manifestou-se pelo desprovimento do recurso.

7. Dá-se parcial provimento ao recurso para afastar a inépcia da inicial e, no mérito, julgar improcedente a representação.

(TRE/SP, RE nº 29264, Acórdão de 01/10/2012, Rel. Antônio Carlos Mathias Coltro, PSESS)(grifos nossos)

Finalmente, quanto ao pedido de condenação por litigância de má-fé, rejeito-o por entender que a parte demandante não fez uso de ação temerária ou sem



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS**  
**REPRESENTAÇÃO Nº 1932-72.2014.6.02.0000**

qualquer amparo legal. Ao contrário, o autor manejou via instrumental prevista na legislação eleitoral com base em alegações racionais e plausíveis.

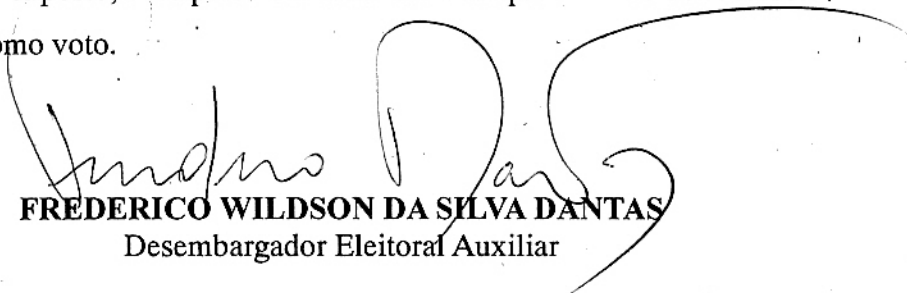
O fato de o pedido não ser acolhido ou de não ter ficado caracterizado o preenchimento dos requisitos para a incidência da norma, não faz do presente feito uma ação aventureira ou desprovida de conteúdo mínimo para acionar o Judiciário.

Ante o exposto, julgo improcedentes os pedidos deduzidos na presente representação, bem como indefiro o pedido de condenação por ligância de má-fé.

Assim, mantenho aquela decisão pelos seus próprios fundamentos, já que o julgado, ao meu sentir, não incorreu em nenhum erro, enfrentou todas as teses ventiladas pelas partes e aplicou, na espécie, a norma adequada.

Pelo exposto, voto pelo conhecimento e desprovimento do recurso.

É como voto.

  
**FREDERICO WILDSON DA SILVA DANTAS**  
Desembargador Eleitoral Auxiliar



**Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas**

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO**

**Recurso na Representação Nº 1932-72.2014.6.02.0000**

**Prot. 20.450/2014**

**ORIGEM: MACEIÓ - AL**

**JULGADO EM: 30/09/2014 (SESSÃO Nº 93/2014)**

**RELATOR(A): DESEMBARGADOR ELEITORAL AUXILIAR FREDERICO WILDSON DA SILVA DANTAS**

**PRESIDENTE DA SESSÃO: DESEMBARGADOR ELEITORAL ELISABETH CARVALHO NASCIMENTO**

**PROCURADOR(A) REGIONAL ELEITORAL: Dr(a). Marcial Duarte Coelho**

**SECRETÁRIO: Lavinia Reis Teixeira**

**AUTUAÇÃO**

**RECORRENTE(S) : OMAR COELHO DE MELLO**  
**ADVOGADOS : DAVI ANTÔNIO LIMA ROCHA E OUTROS**  
**RECORRIDO(S) : FERNANDO AFFONSO COLLOR DE MELLO**  
**ADVOGADOS : FABIANO DE AMORIM JATOBÁ E OUTROS**  
**RECORRIDO(S) : COLIGAÇÃO "COM O POVO PRA ALAGOAS MUDAR" (PV / PT**  
**DO B / PMDB / PROS / PC DO B / PSC / PHS / PTB / PSD / PDT / PT)**  
**ADVOGADOS : LUCIANO GUIMARÃES MATA E OUTROS**  
**RECORRIDO(S) : COLIGAÇÃO COM O POVO PRA ALAGOAS MUDAR I (PDT / PSC**  
**/ PMDB / PV / PTB / PSD / PT DO B / PROS / PC DO B / PT / PHS)**  
**ADVOGADOS : LUCIANO GUIMARÃES MATA E OUTROS**

**DECISÃO**

Acordam os Desembargadores do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos do voto do Relator. (Acórdão nº 10.786, de 30/9/2014).

Participantes do Julgamento: Presidência do Senhor Desembargador Eleitoral SEBASTIÃO COSTA FILHO, Vice-Presidente, no exercício da Presidência. Presentes os Srs. Desembargadores Eleitorais: FREDERICO WILDSON DA SILVA DANTAS, ALBERTO JORGE CORREIA DE BARROS LIMA, ALEXANDRE LENINE DE JESUS PEREIRA, FERNANDO ANTÔNIO BARBOSA MACIEL e EVERALDO BEZERRA PATRIOTA, bem como a Procuradora Regional Eleitoral Substituta, Dra. RAQUEL TEIXEIRA MACIEL RODRIGUES. Ausência, momentânea, da Senhora Desembargadora Eleitoral ELISABETH CARVALHO NASCIMENTO.

Por ser verdade, firmo a presente.  
Maceió, 30 de setembro de 2014.

  
**CLICIANE DE HOLANDA FERREIRA CALHEIROS**  
Coordenadora de Acompanhamento e Registros Plenários